

Processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação em Sorocaba/SP

AUTORIA

Gilsemara Vasques R. Almenara 

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) campus Sorocaba/SP, membro do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento e Gestão da Educação e supervisora de ensino da Rede Oficial de Ensino da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1773-564X>

E-mail: gil.sedu@gmail.com

Paulo Gomes Lima 

Doutor em Educação. Docente do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e professor permanente da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba (UFSCar), São Paulo, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9932-4934>

E-mail: paulo.lima@cedu.ufal.br

Recebido em:

28 mar. 2025

Aprovado em:

15 jun. 2025

DOI: <https://doi.org/10.28998/cdp.v1i2.19532>

Introdução

O objetivo deste estudo foi o de analisar em que medida o controle social, a gestão democrática e os mecanismos e estratégias no Plano Municipal de educação de Sorocaba/SP foram instrumentos transversais do processo de monitoramento e avaliação da educação. Por meio da análise das percepções dos atores aqui selecionados como respondentes de entrevista semiestruturada, aprofundamos a

compreensão sobre o processo de monitoramento e avaliação do PME, para tanto, contribuíram para a coleta de dados (03) três atores selecionados sob os seguintes critérios: um componente da Equipe Técnica de Apoio do PME, um membro do Fórum Municipal de Educação e um membro do Conselho Municipal de Educação.

Foi elaborado um “Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido”, que continha especificidades da pesquisa, identificação e contatos, objetivos, procedimentos, os pesquisadores solicitaram ao Secretário da Educação de Sorocaba, à época. Em seguida o “Roteiro de Caracterização do Respondente” foi apresentado aos entrevistados, onde foram levantados dados pessoais. As entrevistas realizadas por meio de “Roteiro Semiestruturado”, foram agendadas em locais escolhidos pelos entrevistados, sendo uma delas pelo Google Meet, a contribuição com a entrevista foi tranquila e sem empecilhos. As entrevistas realizadas presencialmente, foram gravadas com permissão por escrito dos entrevistados, posteriormente transcritas e organizadas segundo análise qualitativa dos conteúdos, (Bardin, 2011).

O artigo foi organizado em uma seção e três subseções, a saber, 1- O Controle Social no Monitoramento e Avaliação da Educação: espaço que trata o tema do controle social e define os eixos de análise das falas dos respondentes, enfocando o controle social, a gestão democrática e a participação, os mecanismos e estratégias que possam estar presentes na fala dos respondentes.

O controle social no monitoramento e avaliação da educação

O encontro entre a gestão pública e o cidadão se dá no desenvolvimento do controle social, e contribui para que as decisões políticas ganhem transparência e confiabilidade, “a sociedade civil ganha assim um espaço no campo político” (Faria, 2006). No entanto, mesmo com todas essas características, o controle

social enfrenta desafios significativos no contexto dos PMEs no Brasil, situações como: a falta de capacitação da sociedade civil, a complexidade das políticas educacionais e a desigualdade no acesso à informação, podem dificultar a participação efetiva da sociedade.

Nas seções a seguir, observaremos a visão dos atores que participaram do processo de Monitoramento e Avaliação do PME do município de Sorocaba/SP, de forma a compreender como a gestão democrática, a participação, o controle social e os mecanismos e estratégias utilizados durante o período em questão foram encaminhados.

Elaboramos um roteiro semiestruturado para as entrevistas. As devolutivas estas foram organizadas em eixos, de forma a favorecer a análise do conteúdo dos discursos:

- Eixo 1- PME de Sorocaba/SP e o Controle Social;
- Eixo 2- A participação como objeto de discussão acerca do PME de Sorocaba/SP;
- Eixo 3- Mecanismos e Estratégias de gestão democrática nos encaminhamentos do processo de Monitoramento e Avaliação do PME.

Delineados os eixos de observação, na próxima seção, realizar-se-á diálogos entre a fala dos respondentes e as concepções dos autores que subsidiam a pesquisa, buscando elucidar os aspectos relacionados ao controle social, à gestão democrática e a participação como objeto de discussão, assim como os mecanismos /estratégias de gestão democrática apresentados no percurso do processo de monitoramento e avaliação do PME Sorocaba/SP.

O monitoramento e avaliação da educação do PME na perspectiva do Conselho Municipal de Educação

Em Sorocaba o C.M.E.SO (Conselho Municipal de Educação de Sorocaba), foi criado Pela Lei Municipal nº 4574/94, desde então atua entre ações exitosas, que podem ser caracterizadas por suas reuniões sequenciais desde sua inauguração, a criação de site com ampla transparência, mobilizações importantes no processo de elaboração do PME, e ações limitadas pela dependência do executivo municipal, uma vez que não possui verba própria para manter-se, muito menos funcionários para organização e apoio às ações desenvolvidas em seu interior.

Os respondentes receberam o pseudônimo de “R”, no caso do membro do C.M.E.SO utilizou-se “R1”, o membro do FMPA utilizou-se “R2”, e o membro da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME, utilizou-se “R3”. O eixo 1 foi contemplado com as questões de número 2, 3 e 5; o eixo 2, com as questões de número 4 e 6; e a do eixo 3 com as questões de número 1 e 7.

Quando indagados se houve articulação ou chamada do CME para que o monitoramento e avaliação do PME fosse realizado (questão 1), pudemos observar que:

R1: Teve, não dá pra dizer que não teve, porém teve baixíssima efetividade. Vou tentar contextualizar, até pra ter um registro histórico. A gente teve uma normativa da prefeitura, após a promulgação do Plano, a gente teve um instrumento da prefeitura normatizando como seria a chamada para constituir essa comissão, essa comissão foi constituída, eu era membro dessa comissão. Na época a comissão entendeu assim: Nós vamos passar por muitos governos durante o plano, alguns mais alinhados, outros menos alinhados, assim a comissão na época entendeu que precisava definir exatamente o que seria monitorado e como. Porque é muito fácil você mudar um número na caneta, e a gente não gostaria que isso acontecesse, então o que que a gente pensou, eu falei, olha vamos criar uma regra, assim por exemplo: vamos monitorar o número de crianças em creche, o que é o número de criança em creche? é o número de criança em tempo integral ou é o número de criança parcial, ou conta a Criança especial, ou não conta, enfim criar uma regra, porque senão o governo que não esteja tão bem alinhado assim, muda a regra na caneta.

Nessa fala de R1 percebemos que a chamada para o monitoramento e avaliação do PME, iniciou-se com a organização da Equipe Técnica por meio de “*normativa da prefeitura*”, como citou R1, porém havia a preocupação do C.M.E.SO em garantir que o monitoramento e a avaliação do PME não sofressem alterações a cada mudança de governo. Essa relação entre Executivo e Conselho Municipal avança nos primeiros passos do processo de monitoramento e avaliação do plano, até mesmo porque em Sorocaba, o movimento de elaboração do PME trouxe avanços importantes no que tange os mecanismos e estratégias de gestão democrática do Conselho Municipal de Educação.

A Equipe Técnica foi formada por membros do C.M.E.SO e representantes da Secretaria da Educação de Sorocaba, entre diretores de escola, supervisores de ensino e gestores educacionais, e se articula no sentido de organizar os primeiros passos do monitoramento e avaliação:

R1: [...] o trabalho da comissão foi começar a criar regras (depois eu até te passo o link do que foi criado a época) existem regras bem claras, digo que foi assim, um terço dos indicadores a gente chegou a estabelecer como é que ele seria. Nesse período começou nós estamos falando mais ou menos já de meados do governo Crespo, que foi um período em que o atrito entre o governo e o Conselho Municipal de Educação começou a escalar. Escalar por conta da questão do apostilamento que veio de cima para baixo e o Conselho não aceitou, foi ao Ministério público e de fato barrou né, o apostilamento. Então na época teve um Secretário (lá que era o meu esqueci o nome do rapaz).

Pesquisadores: André

André, exatamente o André, aí esses conflitos começaram a aumentar, e aí teve aquele processo de destituição de membros do Conselho na vigência do mandato né, ou seja, isso desarticulou o Conselho que estava numa crescente de trabalho. O Conselho teve a sua sede confiscada pelo governo, a gente ficou sem sede e aí o que aconteceu, parte da documentação, toda a documentação do Conselho começou a ter problema de guarda. Aí inclusive né a parte da documentação do Conselho até hoje não foi recuperada, não se sabe onde está, e parte do histórico do plano dessa comissão está entre os documentos perdidos. Efetivamente isso trouxe um impacto para esse monitoramento, na época então as reconduções que essa comissão tinha um tempo, um prazo de validade que essas pessoas foram destituídas, saíram, acabou o mandato e não teve a reivindicação que caberia a prefeitura fazer então, ou seja, esse trabalho começou a cair em desuso. Voltando à sua pergunta: você perguntou se teve alguma articulação. Teve essa articulação, esses indicadores se estabelecem, alguns desses indicadores são de fácil obtenção [...]

A fase a que se refere o respondente 1 fora conduzida pelo prefeito José Caldini Crespo, governo eleito em 2016 e que teve seu mandato cassado em agosto de 2017, retornou ao cargo em outubro de 2017, depois que a justiça suspendeu decreto da Câmara. Essas situações ocorreram diante de várias irregularidades levantadas no período de sua gestão, e culminam com a sua cassação definitiva em 2 de agosto de 2019.

Como já foi dito, o C.M.E.SO avançou durante a fase de construção do PME, ganhou espaços de voz e de participação social mais efetiva diante da credibilidade que conquistou, utilizando-se dos mecanismos e estratégias de gestão democrática que facilitaram e fortaleceram a participação cidadã, de outro lado o Executivo preferiu calar a voz do colegiado em questão por meio de desestruturação dos espaços e documentos internos do Conselho, assim (questão 2):

R1: Para a execução do controle social ao que eu me recorde não houve chamamento. Houve uma manobra do poder público para que o Fórum não fosse instaurado. Então vamos lá, o que que diz a normativa que foi Flaviano (Secretário), na época que baixou, tem que chamar um fórum ok. Nós tivemos uma comissão que concebeu como é que Fórum seria, e para comissão organizadora desse Fórum, a gente estabeleceu algumas cadeiras né algumas cadeiras vinham do próprio Conselho Municipal, algumas vinham da SEDU e apareceu sabe lá por que cargas d'água né, cadeiras que eram de indicação do chefe do município, do estado e da união, sei lá por que que apareceram essas cadeiras.

Percebe-se na resposta acima que o chamamento para o controle social ficou fragilizado diante dos movimentos do poder Executivo da época, emperrou os processos para se estabelecer o Fórum Municipal de Educação e enfraqueceu as ações contínuas do C.M.E.SO com relação a transparência, seus registros, processos, os conselheiros levaram tempo para restabelecer os mecanismos e as estratégias de gestão democrática que vinham ganhando espaço no colegiado.

Pois é a mobilização social, sem dúvida um dos grandes desafios do Conselho. Preocupado com o resgate das condições plenas do Conselho o respondente manifesta que:

R1: E hoje a gente rediscutiu isso, até durante o mandato da Ana(Presidente do Conselho), a gente fez uma rediscussão disso, e agora onde está o empasse, a gente não localiza mais os documentos a época com a constituição das pessoas que foram eleitas a gente não conseguiu localizar nem exatas e nem eles são eleitoral ou seja o trabalho se perdeu. Hoje as Atas ficam no site, que são o lugar mais seguro para estar, o fato é que foi muito fácil desarticular o conselho né e por mais que a gente tenha feito denúncia no Ministério Público, não teve uma punição compatível com o tamanho do estrago, de um conselho de 25 anos. Eu diria que não foram feitas reuniões com esse objetivo explícito não foram convocadas e não específico, mas que essa importância é clara pelos membros do conselho me parece que sim, agora de novo ela esbarra em interesses né, porque nem sempre é do interesse da gestão que haja essa discussão, porque a gente tá num momento em que as políticas públicas não são discutidas, elas são... vai rodando que nem um caminhão e atropela, então a própria rede não é chamada para discutir nada, você sabe pelo Diário Oficial que apareceu uma compra de não sei o quê, uma compra de outra coisa, e o caso da robótica é muito dolorida pra mim, porque é minha área de trabalho, eu sou pesquisador do CNPQ e em robótica, em difusão científica de robótica, sou fundador da Olimpíada Brasileira de Robótica, mostra nacional de robótica, eu trabalho para incentivar isso, e eu sou a pessoa que teve que entrar na justiça pra barrar isso (risos).

Os meios e as formas de gestão democrática são itens importantes e ganharam destaque nas entrevistas nas questões 4 e 6. Para além desses desencontros entre o Executivo e as proposituras de mecanismos e estratégias do C.M.E.SO, com relação à discussão da avaliação do plano quanto a regularidade, propósitos e encaminhamentos, (questão 4), se deu de forma que:

R1: A gente nunca chegou a fazer uma avaliação propriamente dita, porque a gente nunca conseguiu juntar os números suficientes para isso, então nós nem chegamos nessa fase. Então, nós não chegamos a pedir explicitamente os dados pra as pessoas, inclusive acessando o site do C.M.E.SO, observamos que tudo que existe, em termos de indicadores foram os itens de Gestão democrática Educação Básica, é um início de trabalho, início de um bom trabalho, que eu acho, se tivesse implantado, seria um trabalho primoroso, que eu não vi em nenhuma outra cidade, só que infelizmente, não teve seguimento.

Na fala anterior o Conselheiro mostrava que diante da falta de dados, existiu um receio de que o Conselho e a Equipe Técnica fossem acusados de falta de compromisso com o monitoramento e a avaliação do PME e principalmente da ausência de participação e controle social, que porventura não teriam sido mobilizados pelo CMES, diante disso a Equipe Técnica solicitou o encerramento dos trabalhos, enfatizando que: “*Considerando que até a presente data estes*

indicadores ainda não foram reunidos, uma eventual avaliação do PME neste momento fica prejudicada". Assim a falta de empenho do em disponibilizar dos dados foi o maior impedimento para o prosseguimento das ações. Dessa forma o entrevistado entende que a participação do Conselho no controle social do PME, fora simplesmente figurativa. A questão 6 da entrevista, com foco no eixo 2 de análise, questionou a importância do C.M.E.SO no monitoramento e avaliação do PME/Sorocaba, e o respondente diz:

R1: Acho enorme, porque assim, o Conselho é um Fórum que reúne pessoas com visões diferentes, então quase metade dos membros vem eleito pela comunidade. Eu diria que é o único local onde não existe o domínio pleno da gestão, assim é extremamente importante que esse órgão tenha representatividade para uma discussão, e mais do que fazer uma discussão preliminar, apontar problemas e fazer o chamamento, brigar pelo chamamento da comunidade, colocar a comunidade em movimento, para que essa leitura seja feita pela comunidade. Não adianta nada, a gente fazer o que quer que seja, elaborar um documento e não se apropriar dessa discussão, tem que chegar lá na merendeira, bom, o que que tá faltando, por que que tá faltando isso? Porque que tá quebrada a janela aqui faz 6 meses? Será que porque gastaram 26 milhões em robô que ninguém ta usando? Se essa discussão não acontecer, não terá melhoria. Eu acho o papel do Conselho muito importante, acho que seria muito importante que todas as cadeiras do Conselho, fossem eleitas, ou quase todas, mas que ainda seja quase paritário, ainda assim é uma das instituições mais importantes pra fazer esse acompanhamento. Infelizmente não ocorreu como deveria ser no município. Ele deveria ser feito pelo Conselho, pelo Fórum e pela Câmara, e se eu não estiver enganado, ninguém fez.

A questão 7 compreendida no eixo 3, arguiu o entrevistado sobre quais ações, ou quais mecanismos e estratégias, o C.M.E.SO deveria propor para cumprir o seu papel de controle social no PME de 2025-2035. Para R1 um Conselho de Educação é, antes de tudo, um órgão público voltado para garantir, na sua especificidade, um direito constitucional da cidadania, com esta frase de Cury (2006), destacamos que especificamente o colegiado avançava significativamente em seus mecanismos e estratégias de gestão democrática, pois o amadurecimento das ações foram conquistados nos embates da elaboração do PME 2015-2020 de Sorocaba. O entrevistado ainda esclarece, sob o ponto de vista da relação, Secretaria da Educação e C.M.E.SO:

R1: A gente teve Secretários da Educação, muito abertos ao diálogo, mas isso não pode ser uma benesse, é obrigação dele dialogar, ele tem que fazer isso, mas isso não está escrito em lugar nenhum, tá escrito que ele pode fazer o que ele quiser. Toda vez que a gente recorre ao MP, a gente esbarra nessas questões, bom mas enfim o ordenador de despesa é o Secretário, mas o definidor da política é o Conselho, mas o Secretário decide coisas sem estar alinhado com a política, então não funciona. A última grande mobilização que tivemos foi o PME, de lá pra cá, houve uma desarticulação muito grande da rede, em boa medida isso é falta de chamamento, de discussões, de reuniões. Tivemos uma série de governos muito complicados, governo Crespo que caiu, depois

Jaqueleine aos trancos, o Manga com uma relação complicada com a educação. [...]

Diante do exposto fica evidente o quanto o poder Executivo interferiu no caminhar das decisões da educação municipal, por outro lado, com legitimidade, em espaços organizados para tal, como o Conselho Municipal de Educação, esse colegiado passou a exercer uma mobilização respectiva, instrumentalizado a sociedade para tal, com um canal de escuta com o Secretário da Educação. O entrevistado vislumbra o aperfeiçoamento do próximo processo de monitoramento e avaliação do PME em Sorocaba 2025-2035 eliminando os descompassos políticos e restritivos que obstaculizam a sua realização.

O monitoramento e avaliação da educação do pme na perspectiva do Fórum Municipal de Educação

O entrevistado “R2”, Membro do Fórum Municipal de Educação, ao ser questionado sobre a articulação do Fórum com relação ao monitoramento e avaliação do PME de Sorocaba, respondeu que:

R2: Eu acho que a primeira diferenciação que é preciso fazer é que nós constituímos o Fórum Popular de Educação antes do Fórum Permanente. Naquela época alguns membros queriam que aquele Fórum fosse reconhecido institucionalmente, oficialmente pelo poder público, pelo executivo, porque é o Executivo que nomeia esse Fórum Municipal, então alguns membros queriam que fosse identificado, fosse reconhecido como Fórum Municipal, mas aí nós fizemos uma análise na época, tem ata sobre isso, deliberamos que não seria o mais prudente porque nós estaríamos conectados com o poder público, no sentido de o Executivo ter nomeado né. Então não queríamos ser um braço do Poder Executivo porque nós éramos o movimento popular então não queríamos perder essa característica de movimento popular, mas queríamos compor, fazer parte do fórum Municipal. Foi quando nós começamos a questionar a existência desse Fórum, como é que isso se daria, começamos a mobilizar um pouco mais também a Secretaria de Educação e aí o Conselho Municipal de Educação junto à Secretaria fez o chamamento para ter uma eleição e constituir o Fórum Municipal.

Pesquisadores: Encontrei fotos desse momento no site do C.M.E.SO, mas nenhum registro.

R1: Isso. Ninguém acha essa ata, ninguém acha nomeação das pessoas, quer dizer, os eleitos naquele dia. Eu fui uma eleita, estava representando o Ensino Superior privado, como professora da UNIP, eu não estava como membro da Secretaria da Educação... Então, foi feita toda documentação, ata de eleição, os nomes. Ai o que teria que ser feito? Enviado ao poder Executivo, para que este fizesse a nomeação, publicasse a nomeação. E nós ficamos esperando. Cobrávamos, lembro que a professora Rosana (UFSCar), também fazia parte, a lara (vereadora), então eram muitas pessoas do Fórum Popular, que tinham sido eleitas e também outras pessoas que não eram do Fórum [...].

“Ninguém acha essas atas”, nessa frase R2 compactua com R1, ao revelar que na realidade, houve sim a eleição do Fórum, porém alguns obstáculos e embates, impediam que o Fórum assumisse seu papel no processo de monitoramento e avaliação do PME. Os movimentos sociais em sua essência, rompem com o paradigma do poder decisório de cima para baixo, firmam um ideal de emancipação política e econômica. R2 continua sua fala sobre esse momento, pós eleição do Fórum, que não se constituiu:

R2: Como me envolvi muito com a questão do suporte, foi uma época em que 2020, veio a pandemia a Secretaria da Educação, bem estranha, então realmente isso não foi pauta, isso não foi falado. Aí veio o governo do Manga, e no governo dele havia plano de retomar o Plano Municipal, eu lembro disso. Aí pensei é uma brecha pra retomar a questão do Fórum. Nisso assumo a presidência do Conselho, e digo, vamos fazer isso, mas ninguém acha nada. A Margarete, estava como assessora pedagógica, compôs nova comissão, eu fiz parte, nos chamou em uma reunião, mostrou que a única coisa que tínhamos eram as duas metas, processo não foi encontrado. Margarete disse: precisamos retomar, o documento que nós tínhamos de indicadores, da época do plano, não estava no processo. Aí eu mandei pra ela.

Pesquisadores: Essa seria a análise inicial do plano? Parte B do monitoramento e Avaliação do Plano?

R2: Sim, só mandei o que a comissão paritária havia feito na época do PME, e disse: a gente só tem isso. Aí ela falou: então vamos partir desse documento para fazer o monitoramento, aí ela me chamou mais uma vez, a convocação foi cancelada, e nunca mais chamaram novamente

Pesquisadores: Então não houve articulação do Fórum com o monitoramento do Plano?

R2: Não houve nem a constituição legal desse Fórum.

Na continuidade da entrevista, a questão enfoca se houve chamamento para o controle social do PME pelo Executivo Municipal, ou se pelo próprio Fórum:

R2: A Foi feito chamamento só daquela comissão (equipe), que era interna, então não houve um chamamento público e quando houve não se consolidou, quer dizer houve esse chamamento, para eleger o Fórum que não se consolidou.

Não é inacreditável que isso tenha sumido? Só isso?

Pesquisadores: Foi no governo do prefeito Crespo que esses fatos ocorreram? No mesmo momento em que o Conselho perdeu a casa ficou desconfigurado com reuniões mal estruturadas um ambiente mal estruturado.

R2: E aí eles pegaram os documentos, acho que eram a Dani o Alexandre a Ana, O Alexandre conta que levou todos os documentos na época que estava o Wande, a Laurita e a Vanessa, ele entregou para a Laurita, que falou que guardou naquele naquela salinha ao lado do auditório, sabe aquela lá do lado? Nunca mais ninguém achou. A Parê foi lá pra procurar, a Tichy também, Alexandre, assim não se constitui o Fórum de forma legal. Nenhum registro oficial.

O Respondente se mostra contrariado com a desarticulação que ocorreu com o a eleição do Fórum, aos poucos os passos para o monitoramento e a avaliação do PME vão enfraquecendo. O controle social, tão necessário para que a sociedade efetivamente fosse representada nas decisões, não ocorre. Ciente de que o FME é um mecanismo importante de controle social, a questão número três, da entrevista, busca saber do entrevistado se houve reuniões para clarificar a importância do controle social quanto ao monitoramento e avaliação do plano municipal de educação em Sorocaba, e a resposta se dá:

R2: Eu lembro que só foi falado, assim com bastante ênfase, nesse finalzinho quando nós estávamos redigindo o documento final ali foi falado, Alexandre falava muito que os indicadores são importantes para o acompanhamento do PME, que vai ser feito por outra equipe. Porque aí se encerrava o nosso trabalho e se nós quisermos fazer parte dessa equipe coordenadora, assim como do fórum, isso seria outro momento.

Mas uma coisa que eu queria chamar atenção que até me esqueci de falar na pergunta 1, que nós não podemos perder de vista que também houve um movimento político Nacional que desmonta o Plano Nacional. Quando Temer assume e depois vem Bolsonaro, no finalzinho do governo Temer, quando eu entrei no observatório do Plano Nacional já percebi que muitos dados nacionais não estavam mais lá, prioritariamente me chamou atenção os dados da Meta 20, que era do PIB destinado para educação, que na verdade tanto no nacional, como no plano estadual, e no Municipal houve ali uma expectativa uma perspectiva de crescimento de investimento na educação que se não se efetivasse, nenhuma das outras daria conta de se efetivar porque é a partir de investimento, então aumentando o investimento do Plano Nacional e estadual, consequentemente Municipal nós teríamos mais condições de realizar as outras estratégias principalmente dessa meta a gente não tinha nenhum dado Nacional na Observatório.

Numa perspectiva Nacional houve também um desmantelamento do plano, eu percebi assim que se o governo federal não dá mais credibilidade para o plano nacional não leva ele como algo assim- uma lei, eu não preciso dar conta disso os outros entes também não deram importância, porque é diferente por exemplo olha agora tem uma base Nacional do Governo Federal, tem uma base vocês vão ter que se adequar. Mas se perdeu o Plano Estadual, então os municípios também nem falavam mais de plano.

Pesquisadores: Então para além das questões políticas do município, na sua opinião também houve um posicionamento nacional?

R2: é, isso mesmo.

Os respondentes 1 e 2, destacam que não só o município ficava a mercê de ações políticas episódicas, mas, também os demais entes federados em caso de tentativa de desmantelamento do processo de elaboração do documento norteador, que se constituiu como um dos instrumentos objetivos de gestão democrática.

Evidenciou-se então que, até por não estar legalmente formado o FME, não houve consolidação de reuniões para clarificar a importância do controle social quanto ao monitoramento e avaliação do plano municipal de educação em Sorocaba. Na

sequência da entrevista, a quarta questão se refere a orientação do Fórum quanto à discussão da avaliação do PME, levando-se em conta: regularidade para discussão, propósito e encaminhamento. R2 diz que a participação do FME no controle social do PME, (questão 5) inexistiu e diz que tal ausentamento fora sentido pelos pares.

De fato, para a elaboração do II PNE, inicialmente em 2009 e que se tornaria homologado somente em 2014, inicia-se direcionamentos nacionais com o objetivo de efetivar a CONAE, Conferência Nacional da Educação, que apresentou durante o seu processo, ampla participação da sociedade civil, sendo na medida do possível desenvolvida numa proposta democrática de participação. Como já sinalizado anteriormente no texto, Sorocaba foi um dos polos de organização desse movimento. Sobre o papel do Fórum Municipal de Educação no monitoramento e avaliação do plano municipal de educação do município, R2 afirma que é um canal de democracia necessário e sua atuação deve ser objeto de participação e acompanhamento da sociedade para que seus fins sejam alcançados.

Na sétima questão perguntou-se ao respondente "que ações deveriam ser colocadas em prática pelo Fórum para cumprir o seu papel de controle social?

R1: Primeiro ter o Fórum (risos)... Porque não tem o Fórum, e retomar todo esse trabalho. Agora com esse novo grupo, Odirlei está fazendo parte, junto com Parê, eu estava vendo que já tem outros apontamentos, até é importante olhar e já atualizar os apontamentos, nesse processo muitas coisas se perderam pelo caminho. Resgatar o Fórum é essencial para mapear o que deu certo ou não e até rever as estratégias, mapear as ações que deram certo e quais não deram certo. Uma das metas por exemplo trata de aquisição de livros, e hoje com a internet e lousa digital, coloca a escola de forma diferente, muito material será substituído pelo audiovisual, ao invés de investir em material físico, será substituído por internet. O contexto hoje traz facilidades que 10 anos atrás não havia.

Reitera-se nessa fala a necessidade de institucionalizar o FME, abrindo espaço para a participação da sociedade como um espaço legal de debate político que dispõe de mecanismos e estratégias de controle social.

O monitoramento e avaliação da educação do pme sob o olhar da equipe técnica de Sorocaba/SP

Em Sorocaba, terminada a elaboração do PME, promulgada a Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015, os trabalhos sugeridos pelo governo federal prosseguiram. Sorocaba constituiu a primeira Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME em 11/11/2016 pela Portaria SEDU nº 32/2016- Publicada no Jornal do Município.

Na entrevista com o respondente três (R3), as questões 3 e 5 aproximaram-se do eixo 1 (Controle Social), as questões 1, 2, 6 e 8 se aproximam do eixo 2 (Gestão democrática e participação), as questões 4 e 7 se aproximam do eixo 3

(Mecanismos e estratégias de gestão democrática). Questionado sobre a adesão à assistência técnica para monitoramento e avaliação dos Planos de Educação/SASE/MEC., se esta ocorreu? De que forma? R3 responde:

R3: A gente seguiu todas as orientações que foram encaminhadas pelo Ministério da Educação. O Ministério da Educação investiu no PME, então criou pela UNDIME, que é a União dos Dirigentes Municipais, tem a nacional, mas eu me refiro ao estado de SP, porque eu estava no estado de São Paulo, a UNDIME, selecionou formadores. A cada polo da UNDIME tinha um formador, que eram os Avaliadores e quem fomenta o movimento. Então eles convocavam os técnicos e os Secretários, davam formação e alimentavam o sistema, que o MEC criou (PNE em Movimento), e tinha um sistema dentro da Educação Básica, que eles alimentavam e davam devolutivas dessas formações, inclusive esses profissionais que foram selecionados pela UNDIME/SP. Isso foi feito, todas as formações, eu participei, não está no PA, porque isso ficava no Sistema, e eu não cheguei a imprimir, mas eu não acessava, o Celso apenas que tinha o acesso, e ele abriu para apresentação até de propostas de monitoramento, e era uma das metodologias. Eu apresentei a metodologia de Sorocaba, que a gente estava construindo, mas não consegui implementar, pois fui exonerado do cargo, indo para outro cargo.

As colocações de R3 nos mostrou que a adesão foi sim realizada pelo município de Sorocaba, o trabalho se inicia de forma estruturada e focando em mecanismos (convocações para reuniões periódicas), e estratégias (formações e cronograma de ações), objetivando a gestão democrática das ações, assim formações sequenciais foram acompanhadas por R3, no intuito de direcionar os trabalhos junto a Equipe Técnica, e desenvolver o trabalho com atenção ao cronograma proposto e repassado pelo Avaliador responsável do município de Sorocaba. Porém a gestão democrática pressupõe a ampla divulgação de ações, mecanismos e estratégias, assim como a participação social como consequência dessa divulgação. Esse aspecto não fica claro nas explanações do respondente de número 3. A exoneração do cargo citada por R3, pode ter sido um fator importante para que todo o processo realizado até então, estivesse de posse apenas da Equipe Técnica.

Os pesquisadores questionaram R3 se a formação técnica foi suficiente para o domínio da metodologia prevista. E a resposta obtida foi a de que havia a ausência de dados acessíveis que possibilitassem a visibilidade e transparência da gestão democrática e o controle social.

O município de Sorocaba, criou uma metodologia de referência para a região, com a proposta de organizar o trabalho, monitorar o plano, monitorar metas e estratégias e avaliar o plano, portanto mecanismos e estratégias de valor, mas diante deste trecho da resposta de R3, percebemos que o acompanhamento foi prejudicado pela ausência de dados reunidos, conferindo sustentação para as falas dos respondentes anteriores. Sobre a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, ter cumprido integralmente o

fluxo de avaliação (questão 3), conforme Caderno de Orientações, este respondeu:

R3: Não, eu acho que cumprimos 2014, com a aprovação do plano, com todo movimento de 2014, cumprindo à risca quando o Ministério da Educação começou o movimento. Em 2015 sem dúvida dentro dos prazos legais, 2016 e em 2017 com a descontinuidade da equipe técnica da secretaria da educação e com mudanças constantes de Secretariado na última gestão e de prefeito também em 3 ocasiões e 9 secretários, isso se perdeu durante 4 ou 5 anos na Secretaria, a Equipe Técnica e a Secretaria da Educação pararam de monitorar.

Aqui o respondente compactua com a informação já revelada pelos pesquisadores, do número excessivo de mudanças de Secretários da Educação que impactaram diretamente na descontinuidade dos processos de monitoramento e avaliação do PME, assim como a gestão do prefeito Crespo sendo interceptada por dois movimentos de destituição do cargo, configura-se assim um panorama desfavorável, que explica, mas não justifica o descaso com o PME, afinal este é um documento que chega para garantir um “plano com força de lei , respeitado por todos os dirigentes municipais, resgata-se o sentido da continuidade das políticas públicas” (Brasil, 2005, p. 9). O diálogo entre a Equipe Técnica e a Comissão Coordenadora do Monitoramento e Avaliação da Educação do Município, base da quarta questão, foi esclarecida pelo respondente da seguinte forma:

R3: Na época como responsável pelo processo do PME, a equipe coordenadora pra nós era a equipe técnica, o que estávamos em via de execução que também preconizava o caderno do Ministério da Educação, era o Fórum, então a equipe técnica, seria pra nós a coordenadora tá?! Tanto é que ela é eleita e posteriormente nomeada, Alexandre fez parte. Sim era equipe técnica, e era a coordenadora.

Nesta fala de R3 se confirma o desvelamento dos pesquisadores sobre a ausência de Comissão Organizadora, a Equipe Técnica assumiu os trabalhos iniciais e a eleição do FME, que não se efetivou diante do desmonte do C.M.E.SO, causado pelo chefe do Executivo do período. Nesse sentido a participação, as discussões e o acompanhamento das ações do monitoramento e avaliação do PME, foram comprometidas e até mesmo interrompidas. A Equipe Técnica tinha atribuições elencadas previamente pelo MEC, que contribuiriam com o monitoramento e Avaliação do Plano nos municípios, sendo assim a questão 5 pede para que o respondente resgate essas atribuições e elenque fragilidades e pontos fortes

R3: Estivemos fragilizados no item 5, a questão de divulgação; o item 7, que trata dos prazos, esses dois itens foram os mais fragilizados, o problema é que não houve a continuidade para poder avaliar os demais itens, até onde caminhamos, as duas mais fragilizadas foram a 5 e a 7, - 5- Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de

divulgação que a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação e Comissão Coordenadora do PME entender; VII – Verificar prazos e o período de avaliação, VIII – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos; IX – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir a meta; X – Realizar outras ações pertinentes e necessárias ao processo de monitoramento e avaliação do PME.

Sendo assim, divulgação e prazos, na opinião de R3, foram os itens mais fragilizados no processo, a divulgação inexpressiva não podemos deixar de associar com a ausência do Fórum Municipal de Educação, e os prazos com a troca significativa de Secretários da Educação do período. Quando questionado sobre as etapas previstas da metodologia (questão 6), R3 responde que não foram cumpridas exatamente como previstas e descontinuidade fora marcada pela troca de secretários de educação do município.

Um processo robusto como o PME, necessita de planejamento com prazos estabelecidos, gestão democrática, sociedade civil com ampla participação e espaços de voz e vez que efetivam o controle social. Enfocando especialmente formas de atuar democraticamente, a questão 7, leva o respondente a refletir e posicionar-se quanto a como você diria que a gestão da Equipe Técnica do PME foi democrática:

R3: Enquanto ela funcionou, eu daria 10, porque enquanto ela funcionou a gente seguiu mesmo o que preconizava as orientações do Ministério da Educação, a gente fez a eleição, entre os pares, os envolvidos, então até onde caminhou seria 10, como não diz do começo ao fim. Até o trabalho de 2017 estava indo muito bem, fomos referência, Celso (avaliador), nos deu parabéns pela metodologia de Sorocaba, e eu tinha um time bom que pensava, pessoas da universidade, que colaboravam, havíamos chamado a TI que tava já desenvolvendo, estava com Francisco que era professor da FATEC, um cara muito bom dessa área de exatas e estatística, um cara que entendia de IBGE, sabe o cara que conhece de ciências sociais, sabia muito fazer as construções de indicadores, que não é fácil, então estávamos muito engatados e de forma muito democrática, tanto é que eu tinha as universidades públicas e as particulares, consegui trazer gente até do “contra” pra somar, e a gente trabalhava mesmo, sem ficar discutindo se o Pannunzio é chato, estávamos focados no trabalho, e com direcionamentos de trabalho para cada um do grupo colaborar.

Numa reflexão a respeito do que foi vivenciado em Sorocaba, na oitava questão o entrevistado é provocado a pensar e propor o que poderia ser melhorado nos trabalhos conduzidos pela Equipe Técnica, e expõe que:

R3: A descontinuidade do trabalho, foi o que inviabilizou o trabalho, também a quebra de governo, não só a quebra de governo, e mudanças dos chefes do Executivo, porque quando mudou o chefe do executivo, só pra você ter uma ideia, eu fiquei quase dois anos com os prefeitos: Crespo e Jaqueline, e sentei em 17 mesas diferentes, fui nomeado pra 4 cargos diferentes, até na época o Leandro brincava sobre quem teve mais nomeação e exoneração (risos), se era eu ou era ele, e acabou que passei

ele. Bem isso, impactou todo o movimento do PME, na minha opinião é que ele depende muito do poder Executivo, pra que ele de fato aconteça na cidade, então isso foi uma das inviabilidades, e o CME que deveria junto com o Executivo conduzir essas ações, se politizou demais e deixou de exercer a sua função, que era o de, junto com a SEDU, monitorar o plano. Assim na politização do CME o diálogo foi rompido, e não estou aqui falando como Secretário, mas como condutor dos trabalhos na época. Houve até momentos que o prefeito Crespo quis a dissolução de membros do CME, então toda a crise política vivenciada em Sorocaba por 4 anos, impactou muito a continuidade do monitoramento. O segundo ponto de dificuldade, a estrutura física da prefeitura, todos os envolvidos no monitoramento do plano dependem da estrutura física, e principalmente a parte de TI, tem suas limitações, então não conseguia dar uma resposta tecnológica, rápida pra solução de algumas demandas do monitoramento, uma delas alimentar o sistema, tornar o sistema acessível à população, e por aí vai, até por isso a equipe técnica não continua.

Durante a entrevista nota-se situações apresentadas pelos respondentes que apontam para possíveis ações indutoras de um processo mais democrático, participativo e com menor número de enfrentamentos, para que se desenvolva de forma legítima, observamos a seguir:

Quadro: Ações indutoras de gestão democrática para o fluxo de monitoramento e de avaliação do PME Sorocaba/SP:

Controle Social	Gestão Democrática-Participação	Mecanismos e Estratégias de Gestão Democrática	Enfrentamentos
Efetivação do Fórum Municipal de Educação	Realizar chamada pública	Formação da equipe técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação do poder executivo • Baixa divulgação • Desconhecimento: falta de informação e formação. • Ausência de apoio para trabalhos complementares • Grande alternância de Secretários durante vigência do PME. • Ausência de relatórios anuais de Monitoramento e Avaliação do PME. • Desmonte do C.M.E.SO. • Desaparecimento de documentos. • Maioria de membros do Conselho indicados do Executivo. • Desmonte político Nacional-sem cobrança de efetividade dos municípios. • Formação de 3 Equipes Técnicas, ao longo da vigência. • Ausência de Sistema Unificado. • Ausência de dados das demais instituições de ensino do município
Acompanhamento (cobrança) Nacional do processo.	Parceria do Poder Executivo	Preservação de documentos.	
Conselho Municipal de Educação como agente mobilizador.	Alinhamento de ações com governo federal.	Infraestrutura-banco de dados	
Maior número de cadeiras eleitas no C.M.E.SO, frente as de notório saber, instituídas pelo Secretário da Educação.	Maior autonomia para o C.M.E.SO no gerenciamento de ações.	Construção de Indicadores	
Grupos institucionalizados		Recursos financeiros.	
Ações mobilizadoras da sociedade civil.		Recursos Tecnológicos.	
		Ampla divulgação para a sociedade civil.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os itens elencados exigem engajamento da Secretaria da Educação do município de Sorocaba/SP na realização das fases do processo, e não menos importante, na formação e informação da sociedade civil, em parceria com o C.M.E.SO, para que possam estar aptos a participar e contribuir efetivamente com o controle social, no sentido de acompanhar as metas e estratégias do PME Sorocaba/SP. Os enfrentamentos evidenciados são elementos para reflexão de formas de superação e resultados mais eficazes.

A partir dos pontos destacados reflete-se sobre possibilidades, caminhos e estratégias para que no desenvolvimento do monitoramento e avaliação do PME-Sorocaba/SP possa ser mais efetivo e eficaz. Percebe-se a busca da Equipe Técnica por autonomia das ações com o estabelecimento do FME, porém as influências das relações de poder impactam de forma negativa as etapas que deveriam ocorrer, com o enfrentamento do Chefe do Executivo.

Tal ação compartilhada propõe situações para além de instabilidades políticas, próprias dos governos. O PME deve assim continuar com suas etapas de monitoramento e avaliação, acompanhadas pelos interesses da sociedade civil, que deve exercer o controle social e garantir o atingimento das metas ou a busca por esse objetivo. A melhoria da gestão democrática no transcorrer dos movimentos de monitoramento e avaliação do PME-Sorocaba/SP, não se faz de maneira isolada, na verdade, se faz no diálogo, na superação dos conflitos e principalmente numa construção a muitas mãos, ou seja, coletiva. Segundo Almeida e Locatelli (2021), essa compreensão se distancia de qualquer ato que privilegie a verticalidade das relações e que se estabeleça de forma impositiva.

Sobre a dimensão de democracia e participação, é necessário garantir a cada um dos participantes igual poder de intervenção e decisão, criando mecanismos que facilitem a consolidação de iguais possibilidades de opção e ação diante dos processos decisórios. Para além dos vários Secretários da Educação em menos de dez anos, para além da falta de banco de dados, se faz necessário a ampla divulgação e formação da sociedade civil em grupos instituídos, a fim de promover mecanismos e estratégias que perpassem governos e descontinuidades pontuais.

Considerações finais

Ao explorar as práticas de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Sorocaba/ SP, este estudo de base qualitativa, objetivou analisar ações de monitoramento e avaliação do PME Sorocaba/SP, sob a perspectiva de atores envolvidos.

No que diz respeito a gestão democrática, a condução do processo foi conturbada pelos debates e embates expostos pelos entrevistados, como: a alternância de Secretários da Educação, e até mesmo alternância do chefe do Executivo do município de Sorocaba/SP. Após as leituras e entrevistas, na análise dos dados, evidenciou-se fragilidades quanto ao Conselho Municipal de Educação, quanto a mobilização da sociedade civil, quanto a indisponibilidade de dados e por

consequência observa-se a descontinuidade do fluxo de monitoramento, do fluxo de avaliação e dos encaminhamentos para correção das metas previstas do documento (PME) do município de Sorocaba /SP, pautadas na dimensão do controle social, no período de 2015-2020.

Acreditamos que o estudo e a identificação das melhores práticas e/ou a falta delas, podem promover a tomada de decisões e orientar o caminho para uma educação de qualidade, inclusiva e igualitária na cidade de Sorocaba, e talvez impactar outras cidades do país, afinal o Plano Municipal de Educação com suas características inerentes de planejamento e continuidade nos encaminha para o objetivo do planejamento educacional, refletir sobre a realidade educacional que temos para transformá-la e promover a educação cidadã que sonhamos.

O âmbito do monitoramento e avaliação de planos decenais é campo profícuo a ser ampliado e aprofundado em novas pesquisas acadêmicas, a fim de subsidiar o debate público sobre a educação, com um viés participativo e democrático.

Referências

- Almeida, G. F.; Locatelli, C. *A gestão democrática nos Planos Municipais de Educação: compromissos e realizações dos municípios na região Norte do Tocantins*. Jornal de Políticas Educacionais V. 15, 2021. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4225?locale=pt_BRA acesso em 02 dez. 2023.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 2011.
- Bordignon, G. *Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; 3). Disponível em:http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3082/1/FPF_PT_PF_12_079.pdf. Acesso em 19 out. 2022.
- Brasil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências Brasília, DF: D.O.U, Seção 1, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970> Acesso em 23 set. 2022.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Clodoaldo José de Almeida Souza. *Documento Norteador para Elaboração de Plano Municipal de Educação – PME*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005. 98 p. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2006/elabpne.pdf> Acesso em: 23 ago. 2023.
- Cury, C. R. J. Sistema Nacional de Educação. Desafio para uma Educação Igualitário e Federativo. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209,

set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 25 de nov. de 2023.

Faria, C. E. *Participação e controle social: a experiência do Conselho de Educação do Distrito Federal*. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política. 116f. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2126> Acesso em: 28 nov. 2023.

Lima, A. B. Conselhos de Educação, Movimentos Sociais e Controle Social. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 28-46, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6443/2635> Acesso em 12 de nov. de 2023

Sorocaba/SP. Lei n. 4.574 (1994). *Cria o Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP*. Sorocaba/SP, SP: Câmara Municipal de Sorocaba/SP, 1994. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/leiordinaria/1994/457/4574/lei-ordinaria-n-4574-1994-cria-o-conselho-municipal-de-educacao-de-sorocaba-e-das-outras-providencias>. Acesso em: 11 fev. 2023.

Sorocaba/SP. Lei nº 11.133 de 25 de junho de 2015 - *Aprova O Plano Municipal de Educação - PME do Município de Sorocaba*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-sorocaba-sp> Acesso em: 20 fev. 2023.

Sorocaba/SP. Portaria SEDU nº 32/2016: *Dispõe sobre a criação da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação-PM*. 2016a Disponível em: <http://www.C.M.E.SO.org/wp-content/uploads/2017/06/PORTARIA- SEDU-n%C2%BA-32-2016.pdf> Acesso em: 13 de fev. 2023.

Sorocaba/SP. Portaria SEDU nº 40/2014: *Dispõe sobre a Criação da Comissão Executiva e a de Sistematização e Acompanhamento do Plano Municipal de Educação-PME*. Jornal do Município de Sorocaba, 22 de agosto de 2014. Disponível em: <https://noticias.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/agencia-teste-1.649-22-de-agosto-de-2014.pdf> Acesso em: 27 de jan 2023.

Processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação em Sorocaba/SP

Monitoring and evaluation process of the municipal education plan in Sorocaba/SP

Proceso de monitorización y evaluación del plan municipal de educación en Sorocaba/SP

Resumo	Abstract	Resumen
<p>Este estudo teve como objetivo analisar as ações de monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Educação de Sorocaba/SP, com foco no controle social, sob a perspectiva dos atores envolvidos no processo. Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, com entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado de questões. O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise de conteúdo, sustentada em Bardin (1977). Contribuíram para a coleta de dados (03) três respondentes, sendo um componente da Equipe Técnica do PME. A pesquisa foi delimitada ao período de 2015-2020. Os resultados mostraram que o município de Sorocaba apresentou descontinuidade de ações nas etapas de monitoramento e avaliação do PME e por consequência teve o controle social prejudicado, o que impactou diretamente na qualidade da educação, e na implementação de políticas públicas educacionais no período estudado.</p>	<p>This study aimed to analyze the monitoring and evaluation actions of the Municipal Education Plan of Sorocaba/SP, focusing on social control, from the perspective of the actors involved in the process. This is an exploratory qualitative research, with interviews based on a semi-structured script of questions. Data processing was carried out through content analysis, based on Bardin (1977). (03) three respondents contributed to data collection. The research was limited to the period 2015-2020. The results showed that the municipality of Sorocaba presented discontinuity of actions in the monitoring and evaluation stages of the PME and consequently had impaired social control, which directly impacted the quality of education, and the implementation of public educational policies in the period studied.</p>	<p>Este estudio tuvo como objetivo analizar las acciones de monitorización y evaluación del Plan Municipal de Educación de Sorocaba/SP, con foco en el control social, desde la perspectiva de los actores involucrados en el proceso. Se trata de una investigación cualitativa exploratoria, con entrevistas basadas en un guion de preguntas semiestructurado. El procesamiento de los datos se realizó mediante análisis de contenido, basado en Bardin (1977). (03) tres encuestados contribuyeron a la recolección de datos. La investigación se limitó al período 2015-2020. Los resultados mostraron que el municipio de Sorocaba presentó discontinuidad de acciones en las etapas de seguimiento y evaluación del PME y consecuentemente tuvo deterioro del control social, lo que impactó directamente en la calidad de la educación y en la implementación de las políticas educativas públicas en el período estudiado.</p>
<p>Palavras-chave: Controle Social. Gestão Democrática e Participação. Plano Municipal de Educação.</p>	<p>Keywords: Social Control. Democratic Management and Participation. Municipal Education Plan.</p>	<p>Palabras clave: Control Social. Gestión Democrática y Participación. Plan Municipal de Educación.</p>